

RESUMO

“Os princípios macro hermenêuticos do santuário celestial e suas implicações – Parte I” — Este artigo é o primeiro de um estudo de duas partes que trata dos princípios macro hermenêuticos do santuário celestial conforme reivindicados nas Escrituras Sagradas e identificáveis à luz da compreensão historicista do tema. Começa definindo a macro hermenêutica e lembra sua importante conexão com as realidades do santuário celestial. Segue reconhecendo a existência e significado dos princípios fundamentais de correspondências ontológica, estrutural e funcional entre os santuários celestial e terrestre — conforme estabelecidos na Bíblia e reafirmados nos escritos de Ellen G. White — enfatizando o papel macro hermenêutico desses princípios para a constituição e manutenção do sistema teológico adventista do sétimo dia. Na segunda parte, à luz dessa perspectiva por vezes chamada de literal, se destaca a emblemática coexistência das noções metafórica e simbólica acerca do santuário celestial que vêm ganhando espaço no meio adventista, notando-se as implicações e desafios de tais proposições para a teologia e a prática da Igreja Adventista.

Palavras-chave: teologia adventista, santuário celestial, princípios macro hermenêuticos, historicidade, correspondência

ABSTRACT

“The Macro Hermeneutic Principles of the Heavenly Sanctuary and Their Implications – Part I” — This article is the first of a two-part study that addresses the macro hermeneutical principles of the heavenly sanctuary as claimed in the Holy Scriptures and identifiable in light of the historicist understanding of the topic. It begins by defining the macro hermeneutics and recalls its important connection with the realities of the heavenly sanctuary. It continues by recognizing the existence and meaning of the fundamental principles of ontological, structural, and functional correspondences between the heavenly and earthly sanctuaries—as established in the Bible and reaffirmed in the writings of Ellen G. White—emphasizing the macro hermeneutical role of these principles for the constitution and continuation of the Seventh-day Adventist theological system. In the second part, in light of this perspective, sometimes called literal, the emblematic coexistence of metaphorical and symbolic notions about the heavenly sanctuary that has been gaining space in the Adventist milieu is highlighted, noting the implications and challenges of such propositions for the theology and practice of the Adventist Church.

Keywords: Adventist theology, heavenly sanctuary, macro hermeneutical principles, historicity, correspondence

OS PRINCÍPIOS MACRO HERMENÊUTICOS DO SANTUÁRIO CELESTIAL E SUAS IMPLICAÇÕES – PARTE I

Carlos Flavio Teixeira

Introdução

As Escrituras Sagradas declaram que “o Senhor está no seu santo templo” (Sl 11:4) e que é tremendo “nos teus santuários” (Sl 68:35).¹ Esses versos apenas exemplificam a menção reiterada que os escritores bíblicos fizeram ao chamado “templo de Deus”. Tal questão tem suscitado debates teológicos acerca da realidade ou não deste santuário. Afinal, questionam alguns, estaria o escritor bíblico se referindo a um lugar concreto ou apenas usando uma linguagem metafórica para descrever noções além da percepção dos seres humanos? E ainda que se admita a existência de um templo no céu, outros questionam, qual seria sua natureza? Diante de discussões desse tipo, o leitor poderia se perguntar: qual a importância disso para a fé cristã e, mais especificamente, para os adventistas do sétimo dia?

Embora deva se reconhecer que as teologias cristãs – principalmente a protestante e a evangélica – tenham abordado o tema, é no âmbito adventista que sua compreensão tem sido discutida de forma mais enfática desde os primórdios da denominação. Entretanto, com o passar do tempo, desafios como: a necessidade de contínuo aprofundamento teológico, o inevitável contato entre teólogos adventistas e outros teólogos cristãos, o diálogo inter-religioso realizado por representantes da igreja, os desafios culturais decorrentes da presença mundial das estruturas e ações da igreja, e o rápido aumento numérico de novos adeptos, dentre outros tantos fatores, têm impactado significativamente a interpretação de ensinamentos bíblicos como o do santuário celestial.

O consenso geral sobre o santuário celestial, que marcou os primórdios da denominação e pôde ser notado em linhas gerais durante a primeira metade do século XX, já não pode ser percebido no contexto contemporâneo. O tema tem sido objeto de releitura à luz de novas concepções interpretativas que têm, aos poucos, alterado significativamente sua compreensão. Seja no meio cristão em geral, seja no meio

1. As citações bíblicas foram retiradas da versão Almeida Revista e Atualizada (ed. 1993).

adventista, a forma como isso tem sido feito tem variado de acordo com as lentes hermenêuticas usadas pelos muitos leitores-intérpretes. As abordagens que têm sido propostas refletem diferentes norteamentos teológicos, cada qual com seus desdobramentos práticos, os quais se afiguram bastante distintos entre si. O problema parece ser, sobretudo, de caráter hermenêutico.

Considerando que o tema é de grande relevância para a Igreja, conforme se notará adiante, o presente estudo buscará abordá-lo do ponto de vista hermenêutico, no objetivo de contribuir para sua mais profunda reflexão no nível das pressuposições básicas envolvidas. Para atender a essa discussão, este estudo está dividido em dois artigos. Este primeiro artigo começará esclarecendo a relação entre a hermenêutica e a realidade do santuário. Em seguida, evidenciará os princípios – bíblicos fundamentais – reivindicados no próprio texto para sua compreensão, ajudando o leitor a notar que a abordagem de Ellen G. White corrobora tais diretivas interpretativas. A partir de tais estudos destacará a função macro hermenêutica do santuário celestial na teologia e práxis adventista. Por fim, o segundo artigo complementarará e concluirá a argumentação apresentada no primeiro, propondo ao leitor uma reflexão atenciosa sobre o tema ao focar as implicações e desafios das interpretações alternativas que vêm sendo vistas em meio ao povo remanescente.

A macro hermenêutica e o santuário

A primeira questão a ser considerada é a definição de macro hermenêutica. O que parece óbvio para alguns pode não ser tão claro para outros. Importante manter em mente que a hermenêutica, entendida como a ciência ou a arte da interpretação, ou ainda como a própria forma em que o conhecimento é (re)produzido, é realizada – consciente ou inconscientemente – em três níveis de aprofundamento. O primeiro é a micro hermenêutica, nível em que o intérprete lida com o texto e seus detalhes contextuais imediatos (aqui se situa, por exemplo, a exegese). O segundo é a meso hermenêutica, nível intermediário em que o intérprete conecta os estudos específicos de textos realizados em seus contextos imediatos formando, por exemplo, sua compreensão doutrinária (nesse nível se situa a compreensão sistemática de temas teológicos). E o terceiro é a macro hermenêutica, o nível mais amplo² em que o leitor-intérprete adota e/ou formula as

2. Raoul Dederen, “Introduction to Hermeneutics: Revelation, Inspiration

pressuposições básicas que guiam sua atividade interpretativa nos níveis micro e meso hermenêuticos (esse nível está presente tanto na exegese quanto na teologia). Por serem de caráter amplo e fundamental, essas pressuposições assumidas a priori na interpretação passam a funcionar como diretivas a partir das quais a aproximação do intérprete ao texto, sua compreensão do seu conteúdo e sua aplicação do mesmo são realizadas.

Aceitando-se a premissa de que a Bíblia interpreta a si mesma, é coerente reconhecer que o seu próprio texto estabelece as pressuposições a partir das quais exige ser interpretado. Esta foi a prática de seus escritores e por isso é uma premissa ética hermenêutica que exige atenção do leitor-intérprete quanto aos elementos fundamentais a partir dos quais o texto requer ser considerado. E, claro, a compreensão do tema do santuário celestial não escapa a essa exigência. Isso implica no fato de que, para ser entendido segundo os próprios critérios bíblicos, este tema precisa ser estudado a partir das pressuposições macro hermenêuticas que lhe correspondem. São essas pressuposições que, uma vez reconhecidas e respeitadas, garantem que a interpretação do assunto será coerente ao que acerca dele está exposto nas Escrituras. Dito de forma bem prática, a interpretação correta – em termos macro hermenêuticos – é aquela realizada a partir das mesmas noções gerais sob as quais o texto foi estabelecido – construído e transmitido.

Devido ao papel direcionador que essas pressuposições exercem no processo interpretativo, elas são reconhecidas como “princípios”. Portanto, os princípios são realidades elementares reconhecidas a priori e que fundamentam a verdade apresentada, funcionando como diretivas para sua apropriada compreensão. Em nível macro hermenêutico se fala de princípios fundamentais (que orientam a aproximação do intérprete ao texto), gerais (que norteiam sua compreensão) e práticos (que guiam a aplicação do texto). Quanto ao tema do santuário celestial, a observação atenta do texto bíblico leva ao reconhecimento de três princípios fundamentais, com efeitos gerais

and Hermeneutics”, em *A Symposium on Biblical Hermeneutics*, ed. Gordon M. Hyde (Washington, DC: Review & Herald, 1974), 3, lembra que, quanto à Bíblia, “de fato, nós devemos já compreender sua mensagem como um todo antes de nós podermos estabelecer nossas regras para interpretação de textos específicos. Em outras palavras, a compreensão do intérprete acerca de toda a mensagem da Escritura e sua visão da natureza e autoridade da Bíblia determinam grandemente seus métodos hermenêuticos”.

e práticos, que podem ser chamados de: (1) correspondência ontológica, (2) correspondência estrutural, e (3) correspondência funcional.

Os princípios bíblicos macro hermenêuticos do santuário celestial

Princípio da correspondência ontológica

A correspondência ontológica diz respeito à realidade e natureza existencial do santuário celestial. As Escrituras o apresentam como uma realidade histórica e, portanto, de natureza substancial e temporal. Isso implica em reconhecer que o santuário existente no céu ocupa espaço e que ali há decurso de tempo (passado-presente-futuro), embora não haja ali as limitações contingenciais às quais estamos sujeitos. O que se tem ali é “o maior e mais perfeito tabernáculo” (Hb 9:11). Por isso se fala de uma correspondência ontológica “análoga”, com isso reconhecendo a correspondência histórica ontológica, ao mesmo tempo ressaltando-se a plenitude – ou não contingenciamentos – das realidades celestiais.

O texto bíblico apresenta tal correspondência ontológica histórica do santuário celestial em duplo aspecto: horizontal e vertical. No aspecto horizontal é apontando que a natureza do santuário celestial corresponde à natureza do próprio Deus. O santuário do céu é histórico porque esta é a natureza da divindade e dos demais seres que ali permanecem. Nesse contexto, embora o santuário não defina a ontologia divina, ele testemunha acerca dela. A divindade histórica habita e governa num santuário histórico, e essa historicidade do santuário ajuda a notar e compreender mais claramente a historicidade da divindade e os desdobramentos dessa realidade na criação e redenção. São abundantes as evidências bíblicas nesse sentido.

Cristo declarou que na “casa de meu Pai há muitas moradas” (Jo 14:2); Estevão viu ali a Cristo “em pé à destra de Deus” (At 7:56); Paulo reiteradamente apontou que Jesus está “assentado à direita de Deus” (Cl 3:1), onde “também intercede por nós” (Rm 8:34), num lugar onde “entrou” (Hb 9:12) e permanece “assentado à destra do trono de Deus” (Hb 12:2; cf. 1:3; 10:12); João também fala do Cristo glorificado, e ainda encarnado, na presença do Pai por sua vez visto “sentado no trono” (Ap 5:13; 7:10); outros seres substanciais têm assento na corte celestial, diante do trono divino (Dn 7:10; Ap 4:4). Nesse contexto, João chama o lugar de “o santuário de Deus, que se acha no céu” (Ap 11:19a) e “o santuário do tabernáculo do

testemunho” (Ap 15:5), mencionando em ambos os contextos que esse lugar foi “aberto” (o que ecoa a “porta aberta” indicada em Ap 4:1). Esses movimentos de abertura, entrada e contemplação do trono (no caso de João), entrada e assento no trono (no caso do Pai e de Cristo), e assento ao redor do trono (nos casos dos demais seres celestiais), tudo isso no templo de Deus, pressupõe as realidades de tempo e espaço ali existentes.

No aspecto vertical, o texto bíblico evidencia que o santuário celestial, enquanto antítipo, serviu de correspondente à natureza de seu tipo profético, o santuário terrestre (Hb 8:5; cf. Êx 25:40). Isso, por óbvio, inclui a natureza histórica que caracteriza a ontologia de ambos os santuários. Para representar apropriadamente o antítipo (celestial), o tipo (terrestre) precisava lhe corresponder em termos históricos. Ou seja, assim como o santuário de Deus no céu existe no espaço e no tempo, sua habitação na terra deveria ser correspondente em historicidade, ainda que atenuada para se acomodar às limitações humanas. Dessa forma, as pessoas poderiam, a partir da historicidade do santuário terrestre, compreender a natureza histórica análoga do santuário celestial. Entenderiam assim a existência literal de um santuário no céu, correspondente antitípico do que conheciam em sua experiência religiosa.

Em resumo, a natureza existencial histórica (concreta e não abstrata, literal e não metafórica) do santuário celestial possibilita a compreensão de sua correspondência ontológica – ainda que em termos análogos – ao santuário terrestre. Isso se desdobra em outros dois princípios, sendo o primeiro o da correspondência estrutural.

Princípio da correspondência estrutural

As Escrituras colocam em evidência a correspondência orgânica existente entre os santuários celestial e terrestre. Indica que o templo terrestre foi estruturado e organizado de acordo com o antítipo celestial. Desta forma, o santuário ou “verdadeiro tabernáculo que o Senhor erigiu, não o homem” (Hb 8:2), cuja localização é especificada como estando “nos céus” (Hb 8:1), serviu de “modelo” (Hb 8:5; cf. Êx 25:40) para estruturação do terrestre. Assim como o terrestre tinha “o Santo Lugar” (Hb 9:2) e “o Santo dos Santos” (Hb 9:4), assim o celestial também tem lugares onde Jesus “entrou” (Hb 6:20; 9:12, 24) para realizar a fase expiatória seguinte de seu ministério. Nesses lugares foram vistos os móveis celestiais aos quais correspondiam os

do santuário terrestre. João viu ali o candelabro (Ap 4:5), o altar de incenso (Ap 8:3), a arca (Ap 11:19b), indicando a existência dos dois compartimentos e seus utensílios no santuário celestial. Tal realidade estrutural do templo celestial foi assim descrita:

A morada de Deus tem espaços diferentes: João reconhece que existem espaços ou salas diferentes no santuário celestial. Em uma de suas visões, ele foi mostrado um anjo ministrando diante do altar de incenso, o que seria equivalente ao lugar santo no santuário terrestre (Ap 8:3, 4). Mas ele também foi autorizado a olhar dentro do Lugar Santíssimo celestial, onde viu a arca da aliança (Ap 11:19). Estamos lidando aqui com diferentes áreas dentro do santuário celestial. O mínimo que poderíamos dizer é que o santuário celestial tem nada menos do que duas salas. Isso é de se esperar se o terrestre foi construído como uma cópia do celestial. [...] Esse templo não é um edifício de um cômodo, mas uma estrutura de várias áreas de tamanho majestoso. A natureza do santuário celestial está além da nossa total compreensão. Isso é esperado de uma fração do espaço que une o infinito e o finito, o eterno e o temporal, Deus e Suas criaturas, o modo de existência de Deus com o de Suas criaturas. Nenhum edifício humano poderia representá-lo adequadamente. Mas sua singularidade não é incompatível com sua concretude. A majestade e grandeza do santuário celestial são enfatizadas quando dizemos que há salas nele. Como somos incapazes de compreender completamente sua natureza, Deus nos deu a linguagem e as imagens do santuário terrestre para nos referirmos a ele. Assim, a concretude e a realidade do santuário celestial, bem como sua diversidade de espaços, são enfatizadas sem igualar as realidades celestes com as do santuário terrestre. Devemos manter a linguagem e as imagens do santuário terrestre para nos referirmos ao celestial, a fim de evitar espiritualizar ou rejeitar a realidade da habitação celestial de Deus.³

Importante se dar conta de que a compreensão da realidade estrutural do santuário celestial é um desdobramento direto da aceitação ou não do princípio da correspondência ontológica histórica (em sua dupla acepção), conforme já antes mostrado. Qualquer parcialidade quanto ao primeiro e mais fundamental princípio ocasionará

3. Ángel Manuel Rodríguez, "Is the Heavenly Sanctuary Really Real?", Biblical Research Institute, acessado em 14 de janeiro de 2020, <https://adventistbiblical-research.org/materials/theology-sanctuary/heavenly-sanctuary-really-real>.

distorções quanto à compreensão e aplicação do segundo e até do terceiro, que é o princípio da correspondência funcional.

Princípio da correspondência funcional

Assim como o reconhecimento da correspondência estrutural decorre da aceitação do princípio da correspondência ontológica histórica, o mesmo se dá com a correspondência funcional. Como desdobramento da compreensão histórica do templo celestial, esse princípio reconhece haver semelhança funcional entre a realidade correspondida (celestial) e a realidade correspondente (terrestre). Indica que as atividades sacerdotais prescritas e realizadas no templo terrestre (cf. Lv 1-16) correspondiam tipologicamente às atividades realizadas no antítipo celestial. Tal correspondência se dá em termos de propósitos e forma de realização, embora deva se reconhecer que no âmbito celestial realiza “Jesus ministério tanto mais excelente” (Hb 8:6).

Assim, como o sacerdócio terreno se ocupava com os ofícios, de forma “continuamente” (tempo) no “primeiro” (lugar) compartimento, e “uma vez por ano” (tempo) no “segundo” (lugar) compartimento (Hb 9:6-7), assim também Cristo realizaria seu sumo sacerdócio em duas etapas e lugares distintos. A primeira, desde sua nomeação como sumo sacerdote (Hb 5:10) ocorrida logo após a ascensão (At 1:9) e exaltação (Hb 1:2-4), até 22 de outubro de 1844 (Dn 8:14), período em que se ocupou no primeiro compartimento com a intercessão em favor dos santos (Hb 7:25; 9:24). A segunda, de 1844 até o fim da purificação do santuário, período em que se ocupa também com o julgamento de seu povo (Hb 9:26-27), em preparação para a parousia (Hb 9:28), o que acontece no segundo compartimento do templo celestial (Dn 7:25; Ap 11:19).

Esse arranjo de tempo e espaço indica os propósitos peculiares da atividade sacerdotal realizada em cada um. A primeira etapa/lugar seria para “mediação” (Hb 9:15, 24) e a segunda também para o “juízo” (Hb 9:27). Nesse aspecto, guardadas as devidas proporções, as atividades expiatórias prefiguradas no templo terrestre correspondiam às atividades históricas de Cristo no templo celestial. Mas tal compreensão, caracterizadamente historicista, só é possível se observados os três princípios bíblicos já mencionados.

A Bíblia e a macro hermenêutica do santuário celestial	
Correspondência ontológica	“Ele me disse: <u>Até</u> duas mil e trezentas tardes e manhãs [tempo]; e o <u>santuário</u> [lugar] será purificado” (Dn 8:14); “Era necessário, portanto, que as figuras das <u>coisas que se acham nos céus</u> se purificassem com tais sacrifícios, mas as próprias <u>coisas celestiais</u> , com sacrifícios a eles superiores. Porque Cristo não <u>entrou</u> [tempo] em <u>santuário</u> [lugar] feito por mãos, figura do verdadeiro, porém no mesmo céu, para comparecer, agora [tempo], por nós, diante [lugar] de Deus” (Hb 9:23-24).
Correspondência estrutural	“Vê que faças todas as coisas de acordo com o <u>modelo</u> ⁴ que te foi mostrado no monte” (Hb 8:5; conf. Êx 25:40); “o Santo Lugar” (Hb 9:2) e “o Santo dos Santos” (Hb 9:3) foram copiados do modelo.

4. Elias Brasil de Souza, *O santuário celestial no Antigo Testamento*, trad. Darcy Propodolski Pinto (Santo André, SP: Academia Cristã, 2014), 155-156, esclarece que o “termo *tabnît* deriva da raiz *bnh* (‘construir’), e ocorre vinte vezes na Bíblia hebraica. É categorizado pelo BDB como construção, estrutura, modelo, figura e imagem. HALOT o define como modelo, cópia, reprodução, imagem, representação, algo perecido, e plano arquitetônico. Davidson organizou esta variedade de definições sob três termos alemães: *Urbild*, *Vorbild*, e *Nachbild*. Isto é, *tabnît* pode referir-se a uma entidade original (*Urbild*), um modelo a ser copiado (*Vorbild*), ou uma cópia de outra entidade (*Nachbild*). Também pode ter dupla atribuição e função, como um *Nachbild/Vorbild*, ou seja, ser modelado com base em um original (*Urbild*), a fim de servir como um modelo (*Vorbild*) a ser copiado. Davidson resumiu as várias visões dos estudiosos sobre *tabnît* em Êx 25:9, 40 em seis diferentes posições: (1) *Vorbild* do santuário terrestre (na forma de um modelo em miniatura); (2) um *Vorbild* do santuário terrestre na forma de um plano arquitetônico; (3) a *Nachbild* do santuário celestial que funciona como um *Vorbild* do santuário terrestre (na forma de um modelo miniatura); (4) uma *Nachbild* do santuário celestial que funciona como um *Vorbild* do santuário terrestre (na forma de um plano arquitetônico); (5) o próprio santuário celestial (o original ou *Urbild*) como o *Vorbild* para o santuário terrestre; (6) uma inspiração subjetiva (sem a comunicação de fatos proposicionais) como o *Vorbild* para o santuário terrestre”. Mais adiante, ainda se valendo do esquema de Davidson, Elias Brasil de Souza argumenta que as posições 1, 2, 4 e 6 são improváveis (ibid., 158), e propõe que o termo *tabnît*, traduzido como modelo em Êx 25:9, 40 sugere que “a Moisés provavelmente foi mostrado o santuário celestial [posição 5] e um ‘modelo’ do que ele deveria construir na terra [posição 3]”. Ibid., 162.

Correspondência funcional	“Quando, porém, veio Cristo como sumo sacerdote dos bens já realizados, mediante o <u>maior e mais perfeito tabernáculo</u> , não feito por mãos, quer dizer, não desta criação, não por meio de sangue de bodes e de bezerras, mas pelo seu próprio sangue, <u>entrou</u> no Santo dos Santos [τὰ ἅγια = plural santos ⁵], uma vez por todas, tendo obtido eterna redenção” (Hb 9:11-12). Esse era o antítipo para o qual apontavam os “preceitos de serviço sagrado” (Hb 9:1).
---------------------------	--

Quando o véu do santuário terrestre foi rasgado de cima para baixo (Mt 27:51), Deus sinalizou que a conexão entre do santuário terrestre (cuja glória de Deus já não mais estava presente) em relação ao celestial, já não mais atendia completamente aos critérios da pedagogia da salvação a ser apresentada à humanidade. Com a ressurreição e ascensão de Cristo ao santuário celestial, enchendo aquele santuário com a glória peculiar do Deus que se fez homem (Hb 1:4), a mediação expiatória de Cristo faz com que a conexão se dê diretamente entre Deus e os homens, intermediada pelo Espírito Santo. Isso, contudo, não anula a importância da compreensão do santuário terrestre para o entendimento de seu antítipo celestial.

A chamada “interação dinâmica”,⁶ que sinaliza a relação entre ambos os santuários, somente pode ser apropriadamente compreendida – com suas implicações para a salvação humana – mediante a observância dos princípios de correspondências históricas antes mencionados. Por corroborar tal perspectiva, os escritos de Ellen G. White ajudam grandemente na compreensão do tema.

Ellen G. White e a macro hermenêutica do santuário celestial

Ellen G. White se assemelha aos escritores bíblicos também quando se trata de princípios fundamentais. Pelo fato de serem verdades aceitas a priori, esses pressupostos hermenêuticos nem sempre são explicados ou destacados ao serem aplicados na sua argumentação.

5. Johannes P. Louw y Eugene Nida, *Greek-English Lexicon of the New Testament: Based on Semantic Domains*, 2da ed. (New York: United Bible Societies, 1996), 1:85.

6. Souza, *O santuário celestial no Antigo Testamento*, 431, lembra que “o santuário celestial poderia afetar seu equivalente terrestre; ser afetado por ele, ou trabalhar em conexão íntima e mútua cooperação”.

Contudo, seus escritos permitem notar esses princípios presentes em sua teologia de forma a constatar que ela também foi coerente com os princípios bíblicos reivindicados nesse nível mais profundo de interpretação. Nesse contexto, se nota que a perspectiva de Ellen G. White sobre o santuário celestial corrobora, em termos macro hermenêuticos, a perspectiva bíblica. Sua compreensão, ensino e aplicação sobre o tema observa os mesmos princípios de correspondência ontológica, estrutural e funcional estabelecidos pelas Escrituras.

Ellen G. White e a macro hermenêutica do santuário celestial ⁷	
Correspondência ontológica	“Ao terminarem os 2.300 dias em 1844, entrou Ele <u>então</u> [tempo] no <u>lugar</u> santíssimo [lugar] do santuário celestial, na presença de Deus, para levar a efeito a obra final da expiação, preparatória para Sua vinda”. ⁸
Correspondência estrutural	“Foi-me então ordenado que observasse os dois compartimentos do santuário celestial”. ⁹ “Os <u>lugares</u> santos do santuário celeste são representados pelos dois compartimentos do santuário terrestre”. ¹⁰
Correspondência funcional	“O sacerdote <u>ministrava</u> em ambos os compartimentos do terrestre. [...] Vi que Jesus ministrava em ambos os compartimentos do santuário celestial”. ¹¹

A correspondência ontológica fica evidente quando Ellen G. White menciona a realidade histórica do santuário celestial. De forma

7. P. Gerard Damsteegt, “Among Sabbatarian Adventists (1845-1850)”, em *Doctrine of the Sanctuary: A Historical Survey*, ed. Frank B. Holbrook, Daniel & Revelation Committee Series 5 (Silver Spring, MD: Biblical Research Committee, 1989), 103-104, lembra que a perspectiva historicista de Ellen G. White acerca do santuário celestial, antes obtida mediante cuidadoso estudo bíblico, lhe foi confirmada numa visão recebida em 1858. Interessante notar que o conteúdo dessa visão reafirmou, em nível micro e meso hermenêuticos, os três princípios macro hermenêuticos de correspondência (ontológica, estrutural e funcional) ora estudados. Foi mostrado a ela a estrutura física bipartida e os correspondentes serviços bifásicos, com seus marcos temporais de transição (22 de outubro de 1844), realizados por Cristo no santuário celestial, claramente notado como uma realidade espaço-temporal análoga.

8. Ellen G. White, *História da redenção* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008), 378.

9. Ellen G. White, *Primeiros escritos* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007), 251.

10. Ellen G. White, *O grande conflito* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2015), 414.

11. White, *Primeiros escritos*, 253.

bela e profunda ela ensina que,

assim como o ministério de Cristo devia consistir em duas grandes divisões, ocupando cada uma delas um **período de tempo** e tendo um **lugar distinto no santuário celeste**, semelhantemente o ministério típico consistia em duas divisões – o serviço diário e o anual – e a cada um deles era dedicado um compartimento do tabernáculo.¹²

Nota-se a profundidade hermenêutica que essa declaração alcança quando se examina a menção feita aos macropressupostos de tempo e espaço à luz dos quais a realidade do santuário celestial é descrita.¹³ Se não bastasse a clareza com que Ellen G. White observa esse importante princípio fundamental estabelecido pelas Escrituras, ela calibra sua aplicação de forma bastante coerente ao indicar que a correspondência espaço-temporal existente entre ambos os santuários (celestial e terrestre) se dá de forma “semelhante”, ou seja, análoga – o que implica que não é idêntica, mas tampouco é equívoca. É a partir desta ótica que se pode notar também em seus escritos as correspondências estrutural e funcional.

A correspondência estrutural é notada na afirmação de que “os lugares santos do santuário celeste são representados pelos dois compartimentos do santuário terrestre”.¹⁴ Ou seja, “assim como no santuário terrestre havia dois compartimentos, o santo e o santíssimo, existem dois lugares santos no santuário celestial”.¹⁵ Em outros textos menciona a existência de “compartimentos do templo”,¹⁶ “átrios in-

12. Ellen G. White, *Patriarcas e profetas* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007), 255. Grifos e sublinhados acrescidos.

13. Denis Fortin, “Ellen G. White’s Conceptual Understanding of the Sanctuary and Hermeneutics”, *Journal of the Adventist Theological Society (JATS)* 9, no. 1-2 (1998): 162-163, lembra que, “para Ellen White, o conceito de um verdadeiro santuário no céu é de importância inquestionável. Com base em sua leitura literal das Escrituras, esse conceito básico influencia sua compreensão de toda a doutrina do santuário, de seus serviços e do ministério mediador de Cristo no céu”, e conclui que “para Ellen White, o ministério de Cristo no santuário celestial é dividido de acordo com o tempo e o local e é a razão dos vários aspectos temporais e espaciais dos serviços terrenos. O que acontece no céu é a norma para o que acontece no tabernáculo terrestre”. Em tal hermenêutica, portanto, literalidade e historicidade aparecem inseparáveis.

14. Ellen G. White, *Cristo em seu santuário* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2002), 89.

15. White, *História da redenção*, 377.

16. Ellen G. White, *Mensagens escolhidas* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008), 2:486.

ternos”,¹⁷ “recintos internos”¹⁸ e “cortes interiores”,¹⁹ referindo-se aos distintos lugares no santuário celestial. Lembra que foi permitido ao apóstolo João contemplar “o templo de Deus nos Céus”,²⁰ onde ele viu “o primeiro compartimento do santuário celestial”²¹ e onde, mais tarde, ele “olhou para dentro do véu interior, ao lugar santíssimo”.²² De forma semelhante, Ellen G. White menciona que a ela foi ordenado que “observasse os dois compartimentos do santuário celestial”.²³ Menciona que ali ela viu “móvel” tanto no “primeiro compartimento” quanto no “segundo compartimento”.²⁴ Na mesma visão, lhe foi permitido comparar o que viu no interior do santuário celestial com seu correspondente terrestre que também lhe foi mostrado, o que a levou a expressar que “o aparelhamento do primeiro compartimento do santuário terrestre era semelhante ao do primeiro compartimento do celestial. O véu ergueu-se e eu olhei para o santo dos santos, e vi que a móvel era a mesma do lugar santíssimo do santuário celestial”.²⁵

Por fim, a correspondência funcional pode ser notada em declarações que relacionam as funções de objetos e pessoas em ambos os santuários. Nesse sentido, Ellen G. White lembra que “todo o mobiliário” do santuário terrestre tinha uma função prefigurativa de realidades funcionalmente correspondentes existentes no santuário celestial, como por exemplo os “querubins, que deviam representar a hoste anjélica, que se acha relacionada com o trabalho do santuário celestial e que são anjos ministradores aos santos na Terra”.²⁶ O mesmo se dava com o ritual sacerdotal. Em termos espaciais, lembra ela que assim como “o sacerdote ministrava em ambos os compartimentos do terrestre”, lhe foi mostrado em visão “que Jesus ministrava em ambos os compartimentos do santuário celestial”.²⁷ E em termos de tempo,

17. Ellen G. White, *Filhos e filhas de Deus* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2004), 198.

18. Ellen G. White, *Para conhecê-lo* (Silver Spring, MD: Ellen G. White Estate, 2013), 564.

19. Ellen G. White, *A Maravilhosa graça de Deus* (Silver Spring, MD: Ellen G. White Estate, 2013), 154.

20. White, *O grande conflito*, 414.

21. White, *Cristo em seu santuário*, 89.

22. *Ibid.*

23. White, *Primeiros escritos*, 251.

24. *Ibid.*, 252.

25. *Ibid.*, 252-253.

26. White, *História da redenção*, 154.

27. White, *Primeiros escritos*, 253.

“quando Cristo entrou no lugar santíssimo para efetuar a obra final da expiação, terminou Seu ministério no primeiro compartimento”; ou seja, “quando o ministério no primeiro compartimento terminou, iniciou-se o do segundo compartimento”.²⁸ Essa conotação espacial e temporal possibilitou uma compreensão bíblica para o que ocorreu ao final dos 2.300 dias (Dn 8:14).²⁹ Assim, a correspondência funcional é mais uma evidência notável da macro pressuposição histórica de compreensão do santuário celestial e das realidades a ele conexas.

A função macro hermenêutica do santuário celestial

Em certa ocasião, Ellen G. White deixou claro que a compreensão correta do santuário celestial está diretamente relacionada ao adequado entendimento da divindade e seu ministério ali centralizado. Em seus escritos ela enfatiza que o santuário está estruturado segundo o caráter de Deus (quem Ele é) e funciona como o centro de atividades a partir do qual Ele exerce seus atributos e realiza seus propósitos (o que Ele faz). O santuário, portanto, revela por que Deus deve ser adorado (por ser quem Ele é) e porque merece ser louvado (por fazer o que Ele faz). O ser e o agir divino são apresentados historicamente por meio do santuário, de uma forma que a historicidade daquele templo divino está em conexão com a própria historicidade divina.

Por isso, ao enfrentar em seu tempo pessoas que negavam aspectos da historicidade da doutrina do santuário, Ellen G. White destacou que “Eles [os filhos de Deus], quer por palavras quer por

28. White, *Cristo em seu santuário*, 102.

29. Essa compreensão foi confirmada em visão, conforme descrito em *The Ellen G. White Letters and Manuscripts* (Silver Spring, MD: Review & Herald, 2014), 1:105-106: “Em fevereiro de 1845, tive uma visão dos eventos que começaram com o Clamor da Meia-Noite. Vi um trono e nele estava o Pai e o Filho. [...] E eu vi o Pai subir do trono, e em uma carruagem em chamas entrar no Santo dos Santos, dentro do véu, e sentou-se. Lá vi tronos que nunca tinha visto antes. Então Jesus se levantou do trono, e a maioria dos que estavam prostrados se levantou com ele; e não vi um raio de luz passar de Jesus para a multidão descuidada depois que ele se levantou, e eles foram deixados em perfeita escuridão. Aqueles que se levantaram quando Jesus levantou, mantiveram os olhos fixos nele quando Ele deixou o trono e os levou um pouco para fora. Então ele levantou o braço direito e ouvimos sua adorável voz dizendo: ‘Espere aqui, eu vou a meu Pai para receber o Reino; mantenha suas roupas imaculadas, e em pouco tempo voltarei das bodas e os receberei para mim’. E vi uma carruagem de nuvens, com rodas como fogo flamejante, e Anjos estavam em todo o seu redor, assim como vieram onde Jesus estava. Ele entrou na carruagem e foi levado ao Santo dos Santos, onde o Pai estava sentado. Lá eu vi Jesus, como Ele permanecia diante do Pai, um grande Sumo Sacerdote”.

atos, não levarão ninguém a duvidar em relação à distinta personalidade de Deus, ou em relação ao santuário e seu ministério”.³⁰ Para ela, a divindade e o santuário são realidades distintas entre si, embora sejam inseparáveis e, horizontalmente, correspondentes em termos históricos. Um Deus histórico habita um santuário histórico e dali governa historicamente sua criação cósmica. Essa noção fundamental serve como a base teológica para significação dos demais temas bíblicos. Essa perspectiva a levou a declarar que “a compreensão correta do ministério no santuário celestial é o fundamento da nossa fé”.³¹ Isso porque lá está “Cristo. Nele se encontra o sistema completo da verdade divina”.³² Desta forma, Ellen G. White reconheceu o santuário como um tema “chave” que “revelou um conjunto completo de verdades, ligadas harmoniosamente entre si”.³³ Nesse contexto, ainda que não tenha dito com tais palavras, sua historicidade foi considerada como fundamento macro hermenêutico central para compreensão das demais verdades da Palavra de Deus.

Alguns teólogos adventistas têm destacado essa função macro hermenêutica. Devido à natureza histórica do santuário celestial, e reconhecendo suas características estrutural e funcional, Fernando L. Canale lembra que “o santuário é uma estrutura espacial que facilita a interação de Deus com Seu povo escolhido”.³⁴ Visto na moldura do grande conflito,³⁵ ele funciona como “princípio da unidade” ou também chamado de “princípio articulador”. Conforme lembra Roy E. Graf, é chamado assim porque “articula o conhecimento prévio do conhecedor, com o novo. Como tal, é um princípio a priori da razão que provê sistematicidade, unidade e totalidade ao conhecimento”.³⁶

30. White, *Cristo em seu santuário*, 15.

31. Ellen G. White, *Conselhos aos idosos* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2008), 78.

32. Ellen G. White, *E recebereis poder* (Silver Spring, MD: Ellen G. White Estate, 2013), 29.

33. Ellen G. White, *Evangelismo* (Tatuí, SP: Casa Publicadora Brasileira, 2007), 222.

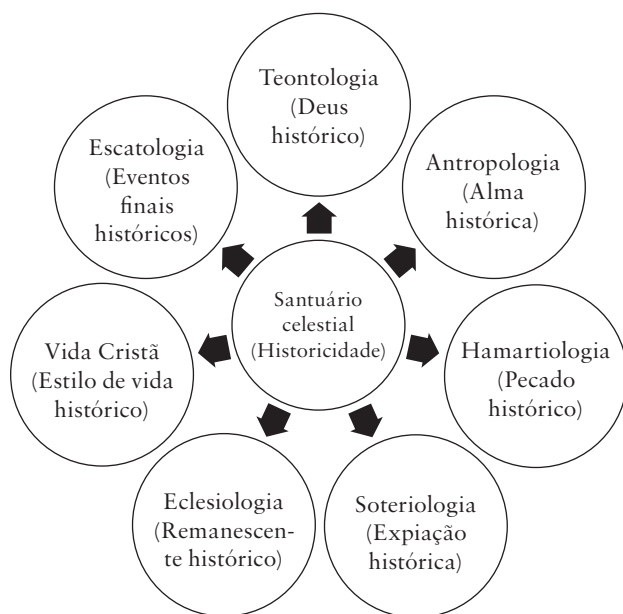
34. Fernando L. Canale, “From Vision to System: Finishing the Task of Adventist Theology – Part 3: sanctuary and hermeneutics”, *JATS* 17, no. 2 (2006): 60.

35. *Ibid.*, 62, lembra que “como metanarrativa bíblica, o grande conflito é o princípio hermenêutico de articulação na Teologia Bíblica Adventista”.

36. Roy E. Graf, *The Principle of Articulation in Adventist Theology: An Evaluation of Current Interpretations and a Proposal*, Adventist Theological Society Dissertation Series 11 (Berrien Springs, MI, Adventist Theological Society, 2019), 1. Os níveis hermenêuticos em que isso acontece e como o santuário funciona enquanto princípio articulador foi bem esboçado por Graf nesta obra ao se descre-

Desta forma influencia, tanto no significado das partes quanto na relação entre elas. Raúl Kerbs explica que esse princípio possibilita “que as partes recebam um sentido a partir da ideia que se tem do todo”.³⁷ No caso de Ellen G. White, ainda que ela jamais tenha explicado dessa forma sua compreensão do santuário, ela de fato o considerava como o princípio articulador de sua teologia.

A implicação direta disso é que as verdades reveladas quanto ao santuário celestial, bem compreendidas na sua relação com seu correspondente terrestre, fornecem os marcos interpretativos para compreensão das demais verdades e não o contrário. Ter o santuário como princípio articulador significa reconhecê-lo como a realidade geral a partir do qual todas as demais verdades precisam ser entendidas e considerá-lo com a régua para avaliar a coerência da interpretação das mesmas. A figura abaixo procura dar uma ideia visual dessa conexão.



ver e comparar os modelos de articulação atualmente notados no âmbito adventista (modelos: evangélico, moderno, e de teodiceia), enfatizando-se a necessidade de um modelo bíblico de articulação baseado no princípio *sola Scriptura*.

37. Raúl Kerbs, *El problema de la identidad bíblica del cristianismo: Las presuposiciones filosóficas de la teología cristiana; desde los presocráticos al protestantismo* (Libertador San Martín, Entre Ríos, Argentina: Editorial Universidad Adventista del Plata, 2014), 281.

Conforme já lembrado, a hermenêutica coerente “deriva da aceitação da literalidade básica do que a Bíblia significa ou da realidade do que ela revela”.³⁸ Como a teologia adventista do sétimo dia reconhece a realidade histórica – e, portanto, literal – do santuário celestial como sua chave teológica fundamental, a compreensão de todo o seu sistema doutrinário está baseada na correta compreensão de tal verdade. Conforme ilustrado na figura acima, as macro pressuposições estabelecidas biblicamente no ensino do santuário moldam a compreensão das demais realidades que se conectam ao mesmo. Desta forma, a verdade do santuário em sua integralidade – e isso inclui os princípios macro, meso e micro hermenêuticos – dão sentido e conectam as demais doutrinas, fornecendo a elas as diretrizes hermenêuticas apropriadas para sua compreensão. Os resultados disso serão notórios.

Na teontologia, um Deus histórico é apresentado em contraposição à ideia de atemporalidade e insubstancialidade divinas. Na antropologia, a alma como ser vivente, integral (corpo, mente e moralidade) e mortal (aniquilacionismo), em contraposição a ideia de alma etérea atemporal e imaterial, incondicionalmente imortal. Na hamartiologia, o pecado como uma condição real que afeta amplamente os seres criados e o planeta terra, em contraposição à ideia de pecado entendido: ora como uma mera metáfora das misérias cotidianas (espiritualismo), ora como discurso religioso de linguagem opressora (ateísmo), ora como um mero ato externo (perfeccionismo), ora como condição acomodável de vivência contingencial (liberalismo). Na soteriologia,³⁹ a expiação e salvação processuais (justiça pela fé),⁴⁰ em

38. Merling Alomía, “Some Basic Hermeneutic Principles Established by Christ for the Exegetes of All Centuries”, *JATS* 10, no. 1-2 (1999): 483.

39. Leslie Hardinge, *With Jesus in His Sanctuary: a Walk through the Tabernacle along His Way* (Harrisburg, PE: American Cassette Ministries, 1991), 63, lembra que, no caso dos adventistas, “as implicações do santuário celestial são a estrutura suporte de sua soteriologia”.

40. Hans K. LaRondelle, “The Seventh-day Adventist View of the Relationship of Justification-Sanctification-the Final Judgment”, em *Lutherans & Adventists in Conversation: Report and Papers Presented 1994-1998* (Silver Spring, MD: General Conference of Seventh-day Adventists, 2000), 122, 123-133, pontua que “a perspectiva adventista do sétimo dia acerca da justificação, santificação e julgamento final está enraizada em sua interpretação dos serviços do santuário de Israel. Esta perspectiva é também conectada com sua compreensão de longo alcance das profecias de Daniel e Apocalipse”. Como resultado, “adventistas não compartimentalizam justificação e santificação”, além de crerem que “a possessão da salvação pelo crente estará sujeita a um ato judicial de ratificação”. Embora não se concorde

contraposição às ideias: católica de salvação pelas obras, protestante de salvação pela eleição, evangélica de salvação pela adesão, pentecostal de salvação pelos dons, e emergente de salvação pela afeição. Na eclesiologia, o remanescente histórico (e portanto visível) em contraposição às ideias alternativas de remanescente “espiritual” e invisível; a manifestação histórica do dom profético em Ellen G. White em contraposição à negação ou relativização do dom de profecia e/ou seus ensinamentos no tempo do fim; o sábado histórico do sétimo dia em contraposição ao “sábado” metafórico do primeiro dia da semana; o batismo histórico por imersão em contraposição ao batismo simbólico por aspersão ou infusão. Na vida cristã, o estilo de vida histórico em permanente justificação-santificação-glorificação, em contraposição aos estilos de vida espiritualizantes alternativos descomprometidos com a identidade e missão adventista peculiares (que inclui a observância das leis morais, da consciência e de saúde). Na escatologia, a historicidade da interpretação profética e dos eventos finais (por exemplo a parousia literal, o milênio literal, o inferno temporário, a nova terra, etc.) em contraposição à alegorização das predições escatológicas.

É a partir do santuário celestial, portanto, que se entende que um Deus histórico, criou e busca redimir seres históricos que caíram historicamente em pecado, fazendo isso por meio de expiação histórica que lhes possibilita salvação histórica, sendo agregados ao remanescente histórico, a fim de viver historicamente em consonância com a Palavra de Deus, em preparação para os eventos históricos finais. Pode até parecer redundância a forma de expressar essa conexão sequencialmente “histórica”. Mas para que o leitor note sua relevância, experimente eliminar a historicidade de qualquer desses elementos e verá o que ocorrerá com todo o sistema. O fundamento de historicidade revelado por meio do santuário celestial é o macro pressuposto mais elementar que estabelece que o método de interpretação deve ser historicista e que os princípios aí implicados (correspondências ontológica, estrutural e funcional) precisam ser observados evitando-se impropriedades interpretativas.

À luz desse contexto é bom recordar, como bem disse Hasel, que

com todas as afirmações deste artigo, essas são constatações que sinalizam, ainda que em nível meramente meso hermenêutico, alguns dos efeitos da distinta perspectiva historicista adventista do santuário, na compreensão soteriológica.

a história de qualquer corpo da igreja também é a história de sua interpretação das Escrituras. Por implicação, uma substituição ou mudança no método usado para a interpretação das Escrituras por uma igreja, seus estudiosos ou outros dentro dela inevitavelmente seria acompanhada por uma substituição ou mudança em seu curso, doutrinas, auto compreensão, propósito e missão. É importante que toda pessoa informada tenha um conhecimento básico e compreensão dos métodos de interpretação bíblica e de sua história.⁴¹

E não há maneira mais eficaz de se evitar o descompasso no processo interpretativo, senão por meio da compreensão e observação dos princípios macro hermenêuticos que o dirigem.

Em termos bastante práticos, a relação de causa e efeito é inegável. Aproximar-se das Escrituras, interpretá-las, e aplicá-las corretamente exige reconhecimento e observância à suas reivindicações macro hermenêuticas, como se afigura no caso da verdade do santuário celestial. Ainda mais quando se trata de um ensino bíblico que é a chave para entendimento de outros essenciais à fé cristã. Qualquer ruído em nível macro hermenêutico traz resultados danosos, o que nos coloca em alerta quanto aos desafios contemporâneos relacionados a este tema.

Conclusão parcial

Em resumo, este estudo mostrou que o entendimento bíblico do santuário celestial pressupõe que essa estrutura é uma realidade histórica concreta (existente e ontologicamente caracterizada pelas qualidades de tempo e espaço). Essa condição decorre do fato de que há uma correspondência ontológica entre a realidade de Deus e seu santuário, o que foi evidenciado aos seres humanos por meio da relação de correspondência entre o santuário terrestre e o celestial. Isso, por sua vez, implica que há uma correspondência estrutural e funcional entre a realidade do santuário terrestre e o seu arquétipo celestial. Essa perspectiva histórica também está subjacente ao entendimento de santuário encontrado em Ellen G. White. Assumir ou não essas pressuposições macro hermenêuticas tem consequências determinantes para a teologia e a práxis adventistas. Nesse contexto, torna-se relevante e necessário refletir sobre os desafios que a perspectiva bíblica

41. Gerhard F. Hasel, *Biblical Interpretation Today: An Analysis of Modern Methods of Biblical Interpretation and Proposals for the Interpretation of the Bible as the Word of God* (Washington, DC: Biblical Research Institute, 1985), 1.

e de Ellen G. White sobre a ontologia do santuário vem enfrentando no adventismo recente. Esse será o tema de estudos do segundo artigo que complementa e conclui o material até aqui apresentado.

Carlos Flavio Teixeira
carlos.flavio@ucb.org.br
Seminário Adventista Latino-Americano de Teologia
Engenheiro Coelho, São Paulo, Brasil

Recibido: 20 de diciembre de 2019

Aceptado: 02 de febrero de 2020